

PREVI-ERICSSON
SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA



Política de Investimentos 2020-2024

Plano de Aposentadoria
(Suplementar)

Política de Investimentos 2020-2024 Previ-Ericsson Sociedade de Previdência Privada

1. Objetivos da Política de Investimentos

Esta Política de Investimentos, que terá vigência para o período de 01/01/2020 a 31/12/2020, observando-se um horizonte temporal de cinco anos, tem como objetivo determinar e descrever tanto as diretrizes gerais para a gestão de investimentos quanto disciplinar os métodos e ações dos procedimentos correspondentes ao processo decisório e operacional de gestão dos ativos da Previ-Ericsson. A esse objetivo geral subordinam-se os seguintes objetivos específicos:

1. Dar claro entendimento ao Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretores, Funcionários, Gestores, Custodiante, Administrador Fiduciário, Participantes, Provedores Externos de Serviços e Órgão(s) Regulador(es) quanto aos objetivos e restrições relativas aos investimentos da Previ-Ericsson;
2. Formalizar um instrumento de planejamento que defina claramente as necessidades da Previ-Ericsson, por meio de objetivos de retorno, tolerância a risco e restrições de investimentos;
3. Externar critérios objetivos e racionais para a avaliação de classes de ativos, dos prestadores de serviços relacionados à administração, custódia e gestão e das estratégias empregadas no processo de investimentos dos recursos administrados pela Previ-Ericsson;
4. Estabelecer diretrizes, especificamente, aos gestores de recursos para que eles conduzam o processo de investimentos em conformidade com os objetivos e restrições estabelecidas pela Previ-Ericsson;
5. Criar independência do processo de investimentos com relação a um gestor específico, de forma que qualquer gestor que venha a conduzi-lo possa se guiar por diretrizes bem definidas, que devem ser seguidas na construção e no gerenciamento das carteiras de valores mobiliários e fundos; e
6. Atender, cumulativamente, ao que determina a Resolução do CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018 e a Instrução PREVIC nº 6, de 14 de novembro de 2018, e posteriores alterações, no que se refere ao conteúdo necessário à Política de Investimentos.

2. Filosofia do Investimento

Considerando ser o principal objetivo da Entidade o provimento de benefícios a seus participantes e beneficiários, as práticas de investimentos devem pautar-se na busca e manutenção de ativos com liquidez adequada e rentáveis para cumprir as obrigações no curto, médio e longo prazos, mantendo-se um equilíbrio entre ativo e passivo.

Para alcançar tal equilíbrio, a Previ-Ericsson apoia-se na teoria de finanças disponível no presente momento, que leva a uma estratégia fundamentada em um modelo apropriado de diversificação, subsidiando uma alocação prudente que venha a maximizar a probabilidade de atingimento dos objetivos dos Plano.

3. Plano de Benefícios

A presente Política de Investimentos apresenta as diretrizes para a aplicação dos recursos garantidores do **Plano de Aposentadoria Previ-Ericsson (Suplementar)**, estruturado na modalidade Contribuição Variável (CV), CNPB: 1991.0022-38.

4. Objetivos dos Investimentos

Os objetivos dos investimentos da Previ-Ericsson são produzir uma rentabilidade que seja igual ou superior à sua meta atuarial, definida pela variação do **IPCA acrescida de 5% ao ano** e gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando a garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditadas pelos fluxos atuariais futuros referentes à parcela de benefício definido do Plano.

5. Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

O Sr. Rogério Tatulli será o responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores do Plano e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos, nos termos dos §§ 5º e 6º do art. 35 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

6. Administrador Responsável pela Gestão de Riscos

A Resolução do CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, determina que a Entidade indique na Política de Investimentos o administrador responsável pela gestão de riscos, considerando o seu porte e complexidade, conforme regulamentação da Superintendência de Previdência Complementar - PREVIC. Registra-se que o Sr. Edvaldo João dos Santos será o responsável em acompanhar os riscos e controles internos da Previ-Ericsson.

7. Atribuições e Responsabilidades | Processo de Investimentos

As atribuições e responsabilidades, contemplando as regras de alçadas, dos agentes envolvidos no processo de investimentos encontram-se detalhadas no Regimento Interno da Gestão dos Investimentos, elaborado pela Diretoria Executiva da Previ-Ericsson, devidamente apreciado e aprovado pelo Conselho Deliberativo.

8. Veículos de Investimento

Os investimentos dos recursos administrados pela Previ-Ericsson poderão ser feitos por meio de carteiras administradas e/ou fundos de investimento exclusivos e/ou condominiais.

9. Gestão de Recursos

Em conformidade com o seu porte e complexidade, a Previ-Ericsson decidiu utilizar a gestão terceirizada de recursos. Nesse modelo, todos os veículos de investimento utilizados pela Entidade são geridos por instituições devidamente cadastradas e aptas a exercer as suas funções pela Comissão de Valores Mobiliários.

A gestão é discricionária, isto é, o gestor possui poderes para efetuar a compra e venda de títulos e valores mobiliários respeitando os limites estabelecidos em seus mandatos e/ou regulamentos, assumindo total responsabilidade pelo seu bom cumprimento. O estilo de gestão empregado poderá ser ativo ou passivo.

A gestão discricionária não se aplica apenas aos veículos de investimento compostos por títulos públicos atrelados à inflação e mantidos até vencimento, com vistas à imunização do passivo do Plano de Aposentadoria Previ-Ericsson, pois, nesse caso, as decisões de alocação, compra e venda de títulos e valores

mobiliários, são orientadas por estudo de *Cash Flow Matching*, elaborado pela consultoria de investimentos contratada pela Entidade.

10. Rentabilidade por Plano e Segmentos

De acordo com o Capítulo IV, Artigo 23, inciso III da Instrução PREVIC nº 6, de 14 de novembro de 2018, e posteriores alterações, a Entidade deve apresentar a rentabilidade auferida por Plano e segmento de aplicação nos cinco exercícios anteriores à vigência desta Política de Investimentos, de forma acumulada e por exercício.

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	2015	2016	2017	2018	2019*	ACUM.
Renda Fixa	16,62%	13,78%	9,86%	9,95%	8,32%	73,61%
Renda Variável	-11,68%	22,66%	20,86%	14,55%	2,89%	54,32%
Estruturado	16,47%	13,63%	9,99%	5,87%	8,53%	67,26%
Imobiliário	-	-	-	2,00%	3,05%	5,11%
Operações com Participantes	-	18,02%	16,57%	13,58%	10,02%	71,92%
Exterior	47,90%	-15,81%	17,85%	-3,52%	19,12%	68,65%
Consolidado (Líquido)	15,93%	12,75%	10,71%	9,02%	9,88%	73,35%

* Fechamento efetuado em OUTUBRO de 2019.

11. Diretrizes para a Alocação de Recursos

A Previ-Ericsson, com auxílio de uma consultoria de investimentos independente, elaborou estudo técnico para subsidiar a macroalocação por classe de ativos, a seguir apresentada, respeitando as características do Plano.

QUADRO GERAL DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	META DE RENTABILIDADE	LIMITE LEGAL	LIMITES		
				INFERIOR	ALVO	SUPERIOR
Renda Fixa	IPCA + 5% ao ano	IPCA + 5% ao ano	100,0%	51,0%	69,1%	100,0%
Carteiras (ALM e Crédito Privado)	IPCA + 5% ao ano	IPCA + 5% ao ano	-	-	-	-
Fundos	CDI	CDI	-	-	-	-
Renda Variável	IBrX-100 *	IBrX-100	70,0%	0,0%	9,1%	15,0%
Estruturado	IPCA + 5% ao ano *	IPCA + 5% ao ano	20,0%	0,0%	11,6%	20,0%
FIP (Participações)	IPCA + 5% ao ano	IPCA + 5% ao ano	15,0%	0,0%	7,7%	12,0%
FIM (Multimercados)	CDI	140% do CDI	15,0%	0,0%	3,9%	12,0%
Imobiliário	IPCA + 5% ao ano *	IPCA + 5% ao ano	20,0%	0,0%	0,1%	2,0%
Operações com Participantes	IPCA + 5% ao ano	IPCA + 5% ao ano	15,0%	0,0%	0,1%	2,0%
Exterior	IPCA + 5% ao ano *	IPCA + 5% ao ano	10,0%	0,0%	10,0%	10,0%

* Outros índices de referência poderão ser utilizados pela Entidade nestes segmentos de aplicação, dependendo das características de cada um dos investimentos.

A alocação alvo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração desta Política de Investimentos, tendo por base as projeções divulgadas pelo Banco Central do Brasil, especificamente a pesquisa Focus. Os números refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentos táticos de acordo com as condições de mercado e orçamento de risco disponibilizado.

12. Diretrizes Gerais – Renda Fixa

É permitida a alocação em todos os ativos autorizados pela Resolução do CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, respeitando os demais limites estabelecidos por esta legislação, bem como as diretrizes apresentadas nesta Política de Investimentos.

13. Diretrizes Gerais – Renda Variável

É permitida a alocação em todos os ativos autorizados pela Resolução do CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, respeitando os demais limites estabelecidos por esta legislação, bem como as diretrizes apresentadas nesta Política de Investimentos.

14. Diretrizes Gerais – Estruturado

É permitida a alocação em todos os ativos autorizados pela Resolução do CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, respeitando os demais limites estabelecidos por esta legislação, bem como as diretrizes apresentadas nesta Política de Investimentos.

15. Diretrizes Gerais – Imobiliário

É permitida a alocação em todos os ativos autorizados pela Resolução do CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, respeitando os demais limites estabelecidos por esta legislação, bem como as diretrizes apresentadas nesta Política de Investimentos.

16. Diretrizes Gerais – Operações com Participantes

É permitida a alocação em todas as modalidades autorizadas pela Resolução do CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, respeitando os demais limites estabelecidos por esta legislação, bem como as diretrizes apresentadas nesta Política de Investimentos.

17. Diretrizes Gerais – Exterior

É permitida a alocação em todos os ativos autorizados pela Resolução do CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, respeitando os demais limites estabelecidos por esta legislação, bem como as diretrizes apresentadas nesta Política de Investimentos.

18. Operações com Derivativos

As operações com derivativos deverão obedecer ao previsto no Capítulo VIII da Resolução do CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018. Essas operações, realizadas exclusivamente por meio de fundos de investimento, poderão ser utilizadas para proteção ou posicionamento.

19. Avaliação dos Riscos

Em linha com o que estabelece o Capítulo II da Resolução do CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos. Os procedimentos descritos a seguir buscam estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, controlar e monitorar os diversos riscos aos quais os recursos do Plano estão expostos, entre eles os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional e legal.

■ Risco de Mercado

O risco de mercado é caracterizado pela possibilidade de variação dos preços dos ativos. O processo de gerenciamento e de controle do risco de mercado dos veículos de investimento utilizados pelos Planos administrados pela Entidade é feito através da determinação e acompanhamento de limites especificados na tabela a seguir apresentada.

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO		MÉTRICA DE RISCO	LIMITE	HORIZONTE INTERVALO DE CONFIANÇA
Renda Fixa	Imunização	N/A	-	-
	Ativa	VaR Paramétrico	0,30%	Diário 97,5%
Renda Variável		TRACKING ERROR	18,00%	252 DIAS ÚTEIS
Estruturado		VaR Paramétrico	1,00%	Diário 97,5%
Exterior		VaR Paramétrico	0,70%	Diário 97,5%

A métrica e o limite de risco estabelecidos para o segmento estruturado é aplicável apenas aos investimentos em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FIM) e em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FICFIM).

Para o segmento imobiliário dar-se-á especial atenção ao monitoramento da capacidade de pagamento dos emissores, financeiros e não financeiros, e demais riscos atinentes a este mercado, respeitando as diretrizes apresentadas ao longo deste documento.

■ Análise de Stress

O *stress testing* é um processo que visa identificar e gerenciar situações que podem causar perdas extraordinárias, com quebra de relações históricas, sejam temporárias ou permanentes. Este teste consiste na avaliação do impacto financeiro e consequente determinação das potenciais perdas e/ou ganhos a que os veículos de investimento podem estar sujeitos, sob cenários extremos, considerando as variáveis macroeconômicas, nos quais os preços dos ativos tenderiam a ser substancialmente diferentes dos preços correntes. Os cenários de *stress* fornecem a descrição dos movimentos conjuntos de variáveis financeiras, que podem ser tirados de eventos históricos ou de projeções. Os relatórios são elaborados e fornecidos pelo administrador fiduciário contratado pela Entidade.

10 Risco de Crédito

O risco de crédito será avaliado com base nos *ratings* atribuídos por agência classificadora de risco atuante no Brasil. Para fins de monitoramento da exposição, serão considerados os títulos de emissão privada presentes em quaisquer veículos de investimento utilizado pela Previ-Ericsson. Os ativos serão enquadrados em duas categorias:

- **Grau de investimento e Grau especulativo.**

Para checagem do enquadramento, os títulos privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características. Posteriormente, é preciso verificar se o papel possui *rating* por uma das agências elegíveis e se a nota é, de acordo com a escala da agência, igual ou superior à classificação mínima apresentada na tabela a seguir.

AGÊNCIA	FITCH	MOODY'S	S&P
Notas Aceitas	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
	AA+ (bra)	Aa1.br	brAA+
	AA (bra)	Aa2.br	brAA
	AA- (bra)	Aa3.br	brAA-
	A+ (bra)	A1.br	brA+
	A (bra)	A2.br	brA
	A- (bra)	A3.br	brA-
	BBB+ (bra)	Baa1.br	brBBB+
	BBB (bra)	Baa2.br	brBBB
	BBB- (bra)	Baa3.br	brBBB-

Os investimentos que possuem *rating* igual ou superior às notas indicadas na tabela serão enquadrados na categoria grau de investimento, desde que observadas as seguintes condições:

- a. No caso de emissões bancárias, para fins de enquadramento, a avaliação deve considerar o *rating* do emissor; nos demais casos, deve-se considerar o *rating* da emissão;
- b. Os títulos que não possuem *rating* pelas agências elegíveis ou que tenham classificação inferior às que constam na tabela devem ser enquadrados na categoria grau especulativo;
- c. Caso duas agências elegíveis classifiquem o mesmo papel, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*;
- d. O enquadramento dos títulos será feito com base no *rating* vigente na data da verificação da aderência das aplicações à Política de Investimentos.

Os fundos de investimento em direitos creditórios e as cotas de fundos de investimento em direitos creditórios estão sujeitos à mesma Política de Risco de Crédito. Poderão, também, ser incluídos no portfólio os ativos classificados como Depósito a Prazo com Garantia Especial. Nesse caso, a Entidade não utilizará o *rating* atribuído ao emissor ou a emissão.

IO Limites

O monitoramento da exposição a crédito privado é feito através do controle do percentual de recursos garantidores alocados em títulos privados, considerada a categoria de risco dos papéis. Os limites são:

CATEGORIA DE RISCO	LIMITE
Grau de investimento + Grau Especulativo	49%
Grau Especulativo	4%

IO Eventos

O risco das aplicações em crédito privado está diretamente relacionado à saúde financeira das empresas investidas, que pode mudar em função do cenário macroeconômico, das condições de mercado ou de situações específicas. Para refletir essas mudanças é comum que as agências de classificação de risco revejam periodicamente os *ratings* atribuídos. Como nada impede que esses *ratings* sejam revistos para pior, é possível que um título presente nos veículos de investimento sofra um rebaixamento e passe a ser classificado na categoria grau especulativo.

Da mesma forma, existe a possibilidade de o emissor de um título tenha falência decretada ou anuncie que não terá condições de arcar com suas dívidas. Nesse caso, a recuperação de parte dos recursos depende de trâmites legais.

Como os eventos citados anteriormente fogem do controle dos investidores, os tópicos a seguir estabelecem as medidas a serem adotadas em eventuais casos de rebaixamento de *rating* ou *default*.

Rebaixamento de *rating*

Caso ocorra rebaixamento de *rating* as medidas a serem desenvolvidas são as seguintes:

GESTÃO DISCRICIONÁRIA	GESTÃO NÃO DISCRICIONÁRIA
<ul style="list-style-type: none">• Verificar se o apreçamento do título foi ajustado.• Verificar a existência de outros títulos na carteira do fundo de investimento que possam sofrer rebaixamento de <i>rating</i> pelo mesmo motivo.• Analisar o impacto do rebaixamento na qualidade do crédito do fundo de investimento, de acordo com os parâmetros desta Política.• Avaliar se a mudança justificaria o resgate dos recursos.	<ul style="list-style-type: none">• Verificar se o apreçamento do título foi ajustado.• Verificar a existência de outros títulos na carteira que possam sofrer rebaixamento de <i>rating</i> pelo mesmo motivo.• Analisar o impacto do rebaixamento na qualidade de crédito da carteira do(s) Plano(s), de acordo com os parâmetros desta Política.• Caso seja considerada a possibilidade de venda do título, verificar a existência de mercado secundário e de fontes de referência para apreçamento.• Verificar o enquadramento do título nos parâmetros de análise estabelecidos por esta Política.

Default

Caso ocorra algum *default* podem-se adotar as mesmas medidas recomendadas para os casos de rebaixamento de *rating* e, além disso, no caso de veículos sob gestão discricionária, verificar se o gestor agiu com diligência.

I Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser entendido como a dificuldade oferecida à liquidação antecipada de um título ou advinda de descasamento entre os fluxos do passivo e dos investimentos da Entidade. Os procedimentos e critérios relativos ao gerenciamento do risco de liquidez estão descritos no Regimento Interno da Gestão dos Investimentos da Previ-Ericsson.

I Risco Legal

A administração e o acompanhamento do risco legal são efetuados constantemente pela Previ-Ericsson e visam mensurar e quantificar a aderência do portfólio de investimentos à legislação pertinente e à Política de Investimentos.

I Risco Operacional

Os procedimentos atinentes ao desenvolvimento operacional são monitorados através da avaliação dos processos de transmissão de informações e procedimentos operacionais, objetivando a identificação de riscos intrínsecos às operações desenvolvidas pela gestão dos investimentos. Serão elaborados planos de ação a fim de mitigar tais riscos.

I Risco Sistêmico

O sistema financeiro está permeado por risco sistêmico, isto é, pela possibilidade de um choque localizado ser transmitido ao sistema financeiro como um todo e, eventualmente, levar a um colapso da própria economia.

O contágio refere-se ao risco de que problemas em dada instituição venham a contagiar todo o mercado, mesmo que as demais instituições estejam tomando os devidos cuidados para manter a solidez de suas operações. Como forma de mitigar o risco sistêmico, a Previ-Ericsson procura diversificar seus investimentos em termos de classes de ativos e de emissores.

20. Apreçamento dos Ativos

Os títulos e valores mobiliários integrantes dos veículos de investimento nos quais a Entidade aplica seus recursos devem, preferencialmente, ser marcados a valor de mercado. Entretanto, não se exclui a possibilidade, de se contabilizarem os títulos que serão carregados até o vencimento pela taxa do papel, método chamado de marcação na curva.

O método e as fontes de referência adotadas para o apreçamento dos ativos são os mesmos estabelecidos por seus custodiantes e administradores e estão disponíveis no Manual de Precificação destas instituições.

21. Enquadramento das Aplicações

A observância dos limites e requisitos da Resolução do CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018 e aqueles impostos por esta Política de Investimentos ocorre através do serviço de administração fiduciária.

A Previ-Ericsson monitora estas aplicações e é alertada sempre que ocorre qualquer desenquadramento. Procura-se evitar desenquadramentos e avaliar as razões sempre que ocorrerem para que seja determinado um plano de ação.

22. Operações com Ativos Ligados à Patrocinadora, Fornecedores, Clientes e Demais Empresas Ligadas ao Grupo Econômico da Patrocinadora

Para os veículos de investimento cuja gestão seja discricionária é permitida a alocação em ativos ligados à patrocinadora, fornecedores e demais empresas ligadas ao grupo econômico da patrocinadora, desde que suportadas por análises técnicas.

Para os veículos de investimento com gestão seja não discricionária é permitida a alocação em ativos ligados à patrocinadora, fornecedores e demais empresas ligadas ao grupo econômico da patrocinadora, desde que a Previ-Ericsson observe no § 4º da Resolução do CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018.

23. Observação dos Princípios Socioambientais

A Previ-Ericsson, suas patrocinadoras, participantes e assistidos, prezam muito pelos princípios de respeito ao meio ambiente, convívio social e as boas práticas de governança. Portanto, todos os contratados e prepostos da Entidade devem zelar por esses princípios.

Recomenda-se, fortemente, as instituições gestoras, observar esses princípios na hora de selecionar os investimentos que são feitos com os recursos dos Planos da Previ-Ericsson, alocando-os, preferencialmente, em empresas que reconhecidamente incorporam em suas atividades elevados valores sociais e ambientais, além de adotarem altos padrões de governança corporativa e transparência em suas operações. A Entidade entende que ao observar esses padrões de responsabilidade e transparência em seus investimentos preservará os interesses dos participantes e altos valores éticos e morais. Entende, ainda, que empresas que adotam esses princípios estão menos expostas a riscos e apresentam boa rentabilidade no médio e longo prazo, com investimentos sustentáveis.

24. Descrição da Relação entre PREVI-ERICSSON e Patrocinadores

Observadas as diretrizes mencionadas na Resolução do CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, não deverá haver conflito de interesses entre as Patrocinadoras e a Previ-Ericsson. A seguir apresentamos a descrição da Política de Terceirização de Gestão, Custódia, Administração Fiduciária e Consultoria de Investimentos.

■ Administrador Fiduciário (Devidamente Cadastrado na CVM)

A Previ-Ericsson mantém um administrador fiduciário único responsável em centralizar as informações referentes aos veículos de investimento utilizados pela Entidade. Entre outras funções, estabelecidas em contrato, este é responsável pela precificação dos ativos, controle de enquadramento, monitoramento de risco e representação junto aos órgãos fiscalizadores.

Para a seleção do administrador fiduciário, a Previ-Ericsson utiliza-se de parâmetros de qualificação tais como: tradição, solidez, capacitação técnica ao atendimento dos objetivos da Entidade, ausência de conflitos de interesses, representatividade da carteira de clientes, manutenção da base de clientes, qualidade e manutenção do quadro de profissionais, entre outros. Os procedimentos e critérios para acompanhamento e avaliação deste prestador de serviços estão sendo elaborados pela Previ-Ericsson e, quando finalizados, serão inseridos no Regimento Interno da Gestão dos Investimentos.

I■ Gestores Externos (Devidamente Cadastrados na CVM)

Os gestores externos serão responsáveis pela execução de estratégias de investimento, através da compra e venda de ativos, de acordo com a legislação aplicável em vigor, as diretrizes estabelecidas nesta Política de Investimentos, os regulamentos dos fundos e mandatos das carteiras de investimento.

Os gestores externos deverão respeitar os parâmetros do mandato delegado pela Previ-Ericsson, em dimensões como expectativa de rentabilidade, risco, liquidez, limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, utilização de derivativos, dentre outros.

Os procedimentos e critérios para seleção, acompanhamento e avaliação deste prestador de serviços, bem como dos veículos de investimento sob a sua tutela, estão descritos no Regimento Interno da Gestão dos Investimentos da Previ-Ericsson.

I■ Custodiante (Devidamente Cadastrado na CVM)

O custodiante será responsável pela guarda dos ativos e liquidações físicas e financeiras. Para a seleção do custodiante, a Previ-Ericsson utiliza-se de parâmetros de qualificação tais como: tradição, solidez, capacitação técnica ao atendimento dos objetivos da Entidade, ausência de conflitos de interesses, representatividade da carteira de clientes, manutenção da base de clientes, qualidade e manutenção do quadro de profissionais, entre outros. Os procedimentos e critérios para acompanhamento e avaliação deste prestador de serviços estão sendo elaborados pela Previ-Ericsson e, quando finalizados, serão inseridos no Regimento Interno da Gestão dos Investimentos.

I■ Consultorias (Devidamente Cadastrada na CVM)

A Previ-Ericsson poderá ainda contratar, caso julgue necessário, os serviços de uma consultoria de investimentos que deverá auxiliá-la no acompanhamento periódico do desempenho de seus fundos e carteiras, através de análises técnicas qualitativas e quantitativas.

Para a seleção da consultoria de investimentos, a Previ-Ericsson utiliza-se de parâmetros de qualificação tais como: tradição, solidez, capacitação técnica ao atendimento dos objetivos da Entidade, ausência de conflitos de interesses, representatividade da carteira de clientes, manutenção da base de clientes, qualidade e manutenção do quadro de profissionais, entre outros.

Os procedimentos e critérios para acompanhamento e avaliação deste prestador de serviços estão sendo elaborados pela Previ-Ericsson e, quando finalizados, serão inseridos no Regimento Interno da Gestão dos Investimentos.

A Previ-Ericsson, atualmente, mantém uma consultoria de investimentos para elaboração de relatórios de performance, reuniões periódicas para avaliação do portfólio, suporte para seleção de gestores e fundos de investimentos, e outros serviços previstos em contrato.

25. Mitigação de Potenciais Conflitos de Interesses de seus Prestadores de Serviços e das Pessoas que Participam do Processo Decisório

Nenhum dos prestadores de serviços, anteriormente indicados, bem como as pessoas que compõem a estrutura organizacional da Entidade e que participam do processo decisório, conforme indicado no

Regimento Interno da Gestão dos Investimentos, pode exercer seus poderes em benefício próprio ou de terceiros. Não podem, também, se colocar em situações de conflito ou de potencial conflito entre seus interesses pessoais, profissionais, da Patrocinadora e deveres relacionados à gestão dos recursos da Previ-Ericsson.

Os prestadores de serviços devem expor qualquer associação direta, indireta ou envolvimento que poderiam resultar qualquer percepção atual ou potencial de conflito de interesses em relação aos investimentos da Entidade. Os procedimentos e critérios para mitigação de potenciais conflitos de interesses estão sendo elaborados Previ-Ericsson e, quando finalizados, serão inseridos no Regimento Interno da Gestão dos Investimentos.

26. Aprovação pelo Conselho Deliberativo

A presente Política de Investimentos foi aprovada pelo Conselho Deliberativo, nos termos do artigo 36 - item X, do Estatuto Social na Reunião Extraordinária nº 11/19, de **28 de novembro de 2019**.

27. Considerações Finais

Qualquer fato ou situação não previsto ou que não se enquadre na Política de Investimentos aqui estabelecida será objeto de avaliação do Conselho Deliberativo da Previ-Ericsson.

São Paulo, 28 de novembro de 2019.



E-INVEST

By **PREVIERICSSON**

Av. Nicolas Boer, 399 – 11º andar – sala 11 – Torre Corporate Time

Cond. Jardim das Perdizes – São Paulo – SP

CEP: 01140-060

www.previericsson.com.br

